

PDT lançará Brizola dia 28

Rio (Do Correspondente) — O Diretório Nacional do PDT e a bancada constituinte do partido estão reunidos em Brasília dia 28, para acertarem os rumos políticos face à instalação da Assembleia Nacional Constituinte no dia 1º de fevereiro. A candidatura do governador Leonel Brizola à Presidência da República, poderá ser oficialmente lançada, tendo em vista as pressões que estarão exercendo o PMDB e o PFL, no sentido de fixar o mandato do presidente José Sarney até 1988. Brizola acha que a data da abertura dos trabalhos da Constituinte é o momento oportuno para que Sarney coloque o seu cargo à disposição e não pretenda perder a chance de sensibilizar outros partidos nesta direção.

O governador val lembrar ainda a discriminação sofrida pelo Estado do Rio no contexto da Federação, alertando para a falta de unidade de atuação do Governo Federal que estaria somente voltado para alguns setores e estados, entre os quais São Paulo. Ele acredita que a situação vai continuar a mesma, enquanto não for rompida a hegemonia paulista e a dependência dos setores econômicos dos estados às decisões de São Paulo. As divergências que estaria ocorrendo dentro do próprio PMDB contra o grupo de São Paulo, na opinião do governador, fazem parte das contradições que marcam a vida política brasileira, e os conflitos de interesses delas decorrentes. O importante, segundo ele, é que o

povo tenha uma visão clara sobre isso. Brizola não quis avançar no apoio que estaria recebendo do PT à sua tese de renúncia do presidente Sarney paralelamente à Constituinte. O governador acha que só os fatos poderão assegurar os apoios. "As palavras são perigosas e reveladoras", comentou o governador, quando informado sobre a adesão do presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva — o constituinte mais votado do País — à sua tese. Brizola está convencido de que o quadro de crise econômica está reclamando uma reviravolta política e, por isso, já prevê que embora tenha calculado mal na primeira batalha — a sua sucessão no governo do Estado — vai vencer a guerra pelo Palácio do Planalto.

Ele se mostra tranqüilo quanto à perda do governo, afirmando que mesmo que Darcy Ribeiro tivesse sido eleito, ele estaria igualmente sem mandato, como ficará a partir de 15 de março. Esta semana, após ter recebido a visita do ministro Paulo Brossard em mais uma escala de sua viagem pelo País fazendo contatos com os governadores eleitos. Brizola demonstrou muita tranqüilidade e nem mesmo usou a ironia ou agressividade que caracterizaram suas últimas entrevistas. Muito assediado pelos repórteres à saída do encontro, o governador chegou a comentar que a reunião fora mais frustrante para a imprensa do que para o governo do Estado.

Paulistas se dividem

São Paulo — O presidente do PDT, Adhemar de Barros Filho, informou que o partido está dividido quanto à proposta de assumir a candidatura do governador fluminense, Leonel Brizola à Presidência da República, principalmente porque a maioria acredita que esta definição somente poderá ser dar quando a Assembleia Nacional Constituinte definir o período de mandato presidencial e, além disso, a data de eleição do presidente da República.



Adhemarzinho, dividindo

O PDT paulista, segundo Adhemar de Barros, defende que as eleições presidenciais devam ocorrer paralelamente às eleições para o parlamento. O deputado Adhemar de Barros afirmou que a Bancada federal de seu partido, com 24 parlamentares, fechou questão em torno da eleição do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, para presidir também a constituinte. Esta posição deverá ser oficializada no próximo dia 28, em Brasília, em encontro da bancada federal com o presidente do partido, Leonel Brizola. A bancada federal do partido brizolista defenderá nesta reunião a eleição de Fer-

nando Lyra à presidência da Câmara dos Deputados e também discutirá a formulação das estratégias do PDT à Constituinte. O projeto central do partido é trabalhar pela realização de eleições diretas à presidência da República ainda este ano.

Suruagy aponta manobra

Recife — O senador eleito Divaldo Suruagy (PFL/AL), disse ontem nesta capital que há alguns "pretensos candidatos" do PMDB à Presidência da República tentando antecipar a convocação de eleições diretas para a sucessão do presidente José Sarney. "particularmente aqueles que estão lutando contra o tempo".

gória" contra o tempo, e por isso estão trabalhando nos bastidores para encurtar o mandato do atual Presidente da República através da "Assembleia Nacional Constituinte". Suruagy afirmou que defende um mandato de seis anos para Sarney, embora se reserve o direito de, na Constituinte, discutir se o mandato dos futuros presidentes será de quatro ou cinco anos, com ou sem reeleição. Segundo ele, se Sarney foi eleito para um mandato de seis anos, qualquer redução representará um "abuso de força dos constituintes".

"Seria o mesmo que reduzir o mandato dos atuais prefeitos ou mesmo dos novos governadores", comparou.

Congresso poderá manter o recesso

Começa a ganhar força e adeptos de peso dentro do PMDB a ideia da decretação, pela Assembleia Nacional Constituinte, de um recesso parlamentar da Câmara e do Senado Federal, no período em que os constituintes estiverem reunidos. Caso prevaleça essa tendência, que vem sendo cristalizada na mente do presidente da Câmara e candidato à presidência da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do líder do PMDB, Pimenta da Veiga, a proposta de emenda constitucional de Ulysses rejeitada no ano passado, que pretendia criar uma comissão mista interpartidária para legislar ordinariamente enquanto a nova Constituição estiver sendo elaborada, poderá finalmente ser aprovada.

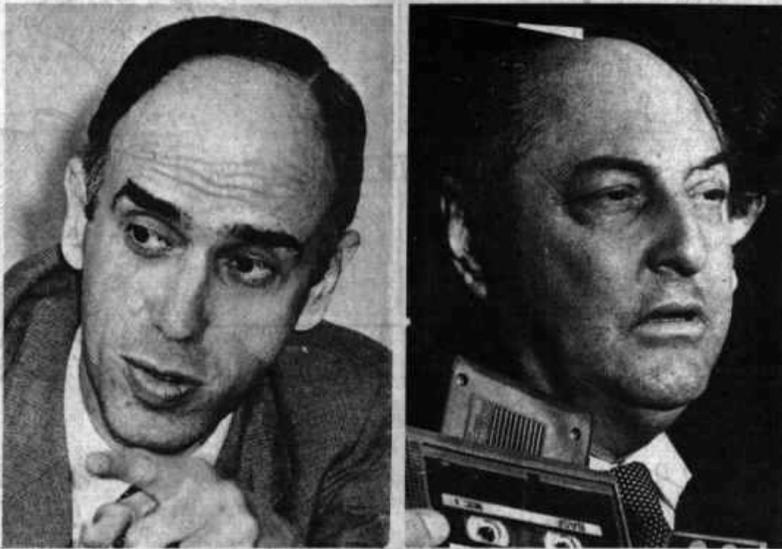
qualquer dos candidatos que disputam a liderança peemedebista passará necessariamente pela tese da não-instalação do Congresso ou, no máximo, pela decretação do recesso das duas Casas, tão logo sejam iniciados os trabalhos da Constituinte.

Além do apoio sabidamente relevante do presidente da Câmara e do líder do PMDB, há pelo menos duas bancadas federais peemedebistas que estão praticamente fechadas com a proposta: a do Rio Grande do Sul e a de Pernambuco. O argumento principal dos defensores da ideia é o de que, instaladas as duas Casas do Legislativo, a soberania da Assembleia Nacional Constituinte estaria seriamente comprometida.

Na realidade, a tese atende a interesses variados: além de garantir, ainda que teoricamente, a soberania da Constituinte, o problema da eleição de Ulysses Guimarães para a Câmara e a consequente acumulação de cargos, estaria superado, pois a Casa não funcionaria e, portanto, prescindiria de um presidente. Há ainda a questão da vice-presidência da República que, segundo o entendimento de muitos parlamentares, poderia ser jogada para o final dos trabalhos da Constituinte — um desgaste a menos para Ulysses que aspira exercer a vários cargos simultaneamente. Nesse caso, o exercício da presidência da República seria atribuído ao presidente do Supremo Tribunal Federal, de acordo com o que estabelece a linha sucessória.

PFL fala de novo em rompimento

Insatisfação do partido com Governo pode explodir esta semana



Marcos Maciel vai à reunião do PFL com Aureliano Chaves, que não crê em rompimento

A insatisfação dos parlamentares do PFL com a posição secundária do partido ante o Governo deverá explodir nas reuniões que as bancadas do Senado e da Câmara terão esta semana com os cinco ministros pefelistas. A tendência predominante é de um afastamento do Governo, ainda que preservando o relacionamento com o Presidente da República.

Vários deputados do PFL estão dispostos a exigir do Governo medidas mais concretas para conter a inflação, a começar pelo tabelamento dos juros, e a apoiar o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, na sua reclamação, para que o Governo revele toda a verdade sobre a situação econômica e financeira.

COADJUVANTE
A irritação com a posição de coadjuvante do PMDB está aumentando no PFL, cujos parlamentares se sentem desprestigiados. O atual presidente do partido, senador Guilherme Palmeira (AL), não aceita ficar no cargo porque o Governo não o prestigiou quando foi prejudicado pelo ministro da Previdência Social, que demitiu seus correligionários.

O senador José Agripino Mala (RN), apontado como provável substituto de Palmeira, tem reclamações semelhantes. Durante a campanha eleitoral, apesar das promessas do presidente José Sarney, foram demitidos funcionários que eram ligados ao partido, como o dirigente da LBA, Aliás, José Agripino recebeu de Tancredo Neves a garantia de que Aluizio Alves não seria ministro.

O ministro Marcos Maciel, chefe do Gabinete Civil, tem sido o receptor das queixas de seus partidários. Ele mesmo quis deixar o Governo após as eleições, mas chegou à conclusão de que se o fizesse o PMDB avançaria em todos os postos. Maciel tem aconselhado os parlamentares que esperem até o início da Constituinte, quando algumas mudanças terão de ocorrer.

Entre o PMDB e o PFL já está formalizada a briga em torno do Ministério das Comunicações. A bancada do PMDB da Bahia procurou há dias o Presidente para comunicar-lhe que Antônio Carlos Magalhães foi derrotado e não pode representar o Estado no Ministério. Sarney ouviu em silêncio a admoestração. A saída de Antônio Carlos significará, segundo as as-

previsões, a queda dos outros ministros.

INDEPENDENCIA

Amigo particular de Marcos Maciel, o deputado Inocêncio de Oliveira (PE), desencadeou, no início de dezembro, um processo para afastamento do PFL do Governo, que, a seu ver, é totalmente voltado e dominado pelo PMDB. O PFL, a seu ver, precisa ter uma cara porque do contrário irá perdendo substância e alguns parlamentares procuraram outros rumos.

A posição de Inocêncio foi secundada por diversos parlamentares. O mínimo que se disse foi não ser o PFL um "locatário do Governo do PMDB". O deputado Lucio Alcântara (CE), outro que está sendo cogitado para a presidência do partido, acha que deve ser apresentada uma lista mínima de compromissos e de medidas emergenciais para que o Governo continue a ter o apoio das bancadas.

Lucio quer também a convocação de todos os ministros da área econômica — são do PMDB — para que expliquem como transformaram o Plano Cruzado em fracasso e levaram o País à situação em que se encontra. A ideia é defendida por vários parlamentares, que lembram ter sido o PMDB beneficiado, com o êxito inicial do Cruzado, do qual pretende se livrar.

PRESIDENCIA

A questão da presidência do PFL começará a ser examinada na reunião de hoje entre a Executiva e os ministros Aureliano Chaves, Marcos Maciel, Jorge Bornhausen, Antônio Carlos e Abreu Sodré. O ideal seria que Guilherme Palmeira "aguentasse" pelo menos até as eleições das Mesas da Câmara, Senado e Assembleia Constituinte, mas ele já tem pronta a sua carta-renúncia e quer sair logo.

O deputado Maurício Campos (MG), que o substituiu, ameaça deixar o partido se não for confirmado no cargo até a próxima reunião do Diretório Nacional. Ele se sente desmoralizado. Muitos parlamentares desejam que ou o ministro Aureliano Chaves ou o ministro Marcos Maciel assumam a presidência do partido para reorganizá-lo. Alguns consideram isto muito perigoso porque se tornaria uma antecipação da escolha do candidato do PFL a presidente da República.

Aureliano pede unidade

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, disse ontem que o PFL não retirará seu apoio ao presidente José Sarney, informando que as propostas de setores do partido para um rompimento ou para o condicionamento deste apoio a um melhor tratamento por parte do Governo federal não terão receptividade na reunião de hoje da executiva com os ministros pefelistas. Aureliano afirmou que, no encontro, a cúpula do PFL fará uma avaliação do quadro político e ratificará sua solidariedade ao presidente Sarney.

um homem indicado pelo PFL para compor a chapa da Aliança Democrática — afirmou o ministro, acrescentando que este é um momento muito difícil para o País, sendo preciso unidade e solidariedade.

— Nós temos que considerar um dado da realidade, que é o fato de o presidente Sarney ser

De acordo com o ministro, a avaliação do PFL, deverá incluir a reafirmação de uma linha centro-reformista, a ser seguida por suas bancadas durante a constituinte. Aureliano afirmou que é preciso interpretar o "sentimento médio" da população brasileira, que "é o sentimento de equilíbrio, que ama a liberdade e não gosta de extremismos, da direita ou da esquerda".

Minas tenta mais espaço no Governo

Belo Horizonte — O presidente regional do PMDB, deputado Joaquim de Mello Freire, se encontra terça-feira, em Brasília, com o presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, passo decisivo na sua missão de obter para Minas a garantia de participação nas esferas de decisões políticas do País. Mas Mello Freire, apesar da delegação conferida pela bancada na reunião de sexta-feira com o governador eleito Newton H Cardoso, não irá sozinho. Será acompanhado pelos deputados eleitos: Sívio Abreu, Maurício Padua, José Geraldo Ribeiro e Roberto Brant, além do primeiro suplente, Israel Pinheiro.

o quadro atual de distribuição de cargos no esquema político, que não se delinea favorável a Minas.

Partindo do princípio de que o Estado não pode deixar de ter uma participação significativa nos centros de decisões políticas do País, além d a área econômica, a bancada do PMDB mineiro não se fixou nesse ou naquele cargo. A reivindicação é de caráter geral e passa por uma participação no Congresso, que pode ser a liderança do PMDB na constituinte ou até mesmo a presidência nacional do PMDB, na hipótese de Ulysses Guimarães licenciar-se.

Nesse caso, a sucessão presidencial passaria por Sarney. Quando seus índices de popularidade andavam em grande alta, o ministro Raphael de Almeida Magalhães afirmou que Ulysses era o candidato do PMDB a presidente da República e com o apoio de Sarney, que poderia indicar o vice, provavelmente recrutado nos quadros do PFL.

O Presidente ainda tem firmeza para dar uma volta por cima e reverter as expectativas, como diria o senador Roberto Campos. Competência e sorte nunca lhe faltaram.

Esta tese foi colocada na reunião do deputado eleito, Alotio Vasconcelos, e considerada válida pela maioria dos participantes e pelo próprio Newton Cardoso. No entanto, segundo Israel Pinheiro e o próprio Mello Freire, a bancada mineira está consciente que as dificuldades em pleitear a presidência do partido são tantas ou maiores do que a de postular a liderança da Câmara.

Desempenho define duração do mandato

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

A sucessão presidencial é um tema em suspenso, ainda debendo da fixação do mandato de Sarney pela Constituinte. No meio político existe a convicção generalizada de que o tempo de permanência do atual Presidente da República no poder dependerá dos índices de popularidade que ele conseguir sustentar nos próximos meses.

Esta é a principal razão invocada por alguns políticos para justificar uma reforma ministerial, que teria de começar, necessariamente, pela área econômica do Governo, ainda perplexa, ainda perdida, com os maus resultados colhidos neste início de ano péssimo promissor, quando os juros bancários dispararam até limites considerados insuportáveis.

sidencial, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves defendem a tese de que a tradição republicana aponta para mandatos de quatro ou, no máximo, de cinco anos. Já não se ouve mais os defensores do mandato de seis anos. Mesmo o ministro Aluizio Alves já admite que o razoável seria fixar o mandato em cinco anos.

O senador Afonso Camargo, do Paraná, e o deputado Carlos Santana, da Bahia, dois políticos de posição moderada no PMDB, acham que Sarney ficará mais ou menos tempo no poder dependendo do sucesso de seu Governo, sucesso que deverá ser traduzido naturalmente por índices positivos de popularidade.

Não são apenas os moderados que agem com cautela e habilidade em face da questão delicada. A esquerda do PMDB apoia o Governo e ainda não deu sinal de insatisfação, embora se mostre inquieto com as falhas do Plano Cruzado. So o deputado Fernando Lyra, candidato de contestação a presidente da Câmara, ousa falar na possibilidade de convocação das diretas ainda este ano.

Nem os políticos de São Paulo, Estado que mais se excita com o tema sucessão presidencial, usam defender a convocação de eleição direta para escolha do novo Presidente da República ainda este ano. Os que têm mais de setenta, como Ulysses, Franco Montoro e Miguel Arraes, defendem mandato de quatro anos para Sarney; os mais novos, que podem esperar, como Orestes Quêrcia, contentam-se com o mandato de seis anos, como prevê o atual texto constitucional.

A maioria esmagadora dos governadores defende mandato de seis anos para o presidente Sarney, Quêrcia, que é um deles, nunca morreu de amores por Franco Montoro (os dois tiveram relacionamento perturbado durante a fase em que foram senadores). Além disso, o futuro governador de São Paulo sonha em ser ele próprio o candidato à sucessão de Sarney — e não Ulysses, Montoro ou mesmo Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas ou Severo Gomes.

O ex-governador José Richa, que assumiu posição de liderança no Paraná, onde se elegeu senador pela segunda vez, acha que o mandato de Sarney deve ficar nos atuais seis anos. O futuro governador Alvaro Dias pensa diferente: mandato de quatro anos com direito à reeleição.

Quanto ao chamado grupo paulista, não existe unidade entre os políticos de São Paulo. Como não podia deixar de ser, cada um trata de seu próprio destino. O senador Severo Gomes, atual presidente da Fundação Pedroso Horta, é o único que defende abertamente a candidatura de Ulysses a presidente da República. Fernando Henrique Cardoso

NOVA ALIANÇA

O desempenho excepcional do PMDB tornou esmagadora a presença do partido no cenário nacional. Esta circunstância e mais os resultados adversos da política econômica, nos últimos meses, sobretudo o fim real do congelamento, obrigaram o presidente José Sarney a um realinhamento com o partido ao qual se filiou apenas formalmente para ser companheiro de chapa de Tancredo.

Depois das eleições que entregaram 22 dos 23 governos estaduais ao PMDB, a Aliança Democrática ficou capenga. Sarney já não pode falar, como sempre falou, nos dois partidos que lhe dão sustentação — PFL e PMDB. Na verdade, o PMDB assumiu papel tão importante que o Presidente sentiu a necessidade de tornar mais estreita a sua integração com o partido.

Nesse meio tempo, a tese do mandato de quatro anos, que chegou a ser defendida publicamente por Ulysses Guimarães, parece que entrou em fase de hibernação. Os governadores deixaram um manifesto, no qual acolam Sarney, mas não irremediavelmente, como disse posteriormente o governador eleito da Bahia, Waldemar Pires. Governadores e parlamentares ficarão na expectativa da ação que o Governo desenvolverá daqui para a frente com o propósito de corrigir falhas e revigorar o seu programa econômico fazendo reverter a expectativa de inflação galopante.

Se há ganhadores, há também perdedores. Ficaram em posição indistintamente incômodas os ministros Marcos Maciel, chefe do Gabinete Civil, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações. Entre alguns amigos do Presidente já existe o desejo de que o ministro Marcos Maciel volte ao Senado para ocupar uma posição de relevo na Assembleia Constituinte. Quanto à futura eleição pre-

Lyra acusa Ulysses de violar a Constituição

"Querem violar a constituição e não vejo nenhuma liderança de responsabilidade, à exceção do senador Jarbas Passarinho, protestar contra isso", reclamou ontem o deputado Fernando Lyra, a propósito da insistência com que o PMDB trata a reeleição do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara, proibida pela constituição. Apesar de vir enfrentando pressões nos estados, Lyra mantém a previsão de que vencerá com 260 votos, porque os novos parlamentares vão se insurgir contra essas manobras: "todos percebem que o PMDB usa os velhos casuismos da Arena".

Segundo Lyra, sua candidatura não tem o objetivo de medir forças com o deputado Ulysses Guimarães, pois a exemplo de todos os políticos e também dos brasileiros, reconhece nele valores importantes e seu papel para o processo de redemocratização.

Acrecentou que tem muitos pareceres de juristas renomados assinalando a inconstitucionalidade da reeleição para a presidência da Câmara, algo que continua sendo desconhecido pelo PMDB.

A poucos dias da eleição, marcada para 1º de fevereiro, Lyra revelou que ao pedir votos de alguns deputados constatou

a existência de pressões descaradas por parte dos governadores eleitos, dos quais esperava uma posição de equidistância.

Se Ulysses tem que ser o vice-presidente, que a constituinte decida isso de que seu presidente ocupe aquele cargo, disse Fernando Lyra, assegurando que uma decisão dessa natureza terá validade no seu apoio. Para ele, a única coisa inaceitável é a violação do texto constitucional e a posição do PMDB, que aceita abrir um precedente grave para estimular o contínuo apenas com o objetivo de concretizar as manobras preestabelecidas.

Cardoso Alves é pelos acordos

São Paulo — O deputado federal reeleito, Roberto Cardoso Alves (12º parlamentar mais votado com 77 mil votos), afirmou que o futuro vice-governador Almino Afonso, apesar de ser o presidente regional do PMDB paulista, não deveria interferir nas propostas de aliança pretendidas pelo governador eleito Orestes Quêrcia com o PFL e PTB.

que eles seriam contraditórios com a vida partidária.

Cardoso Alves considerou que o chamamento do presidente José Sarney às responsabilidades do PMDB junto ao poder central, não significa que o partido esteja fugindo do respeito que ele precisa para manter o equilíbrio do País hoje. "porque até mesmo os chamados setores progressistas do partido agora manifestam apoio ao Presidente", opinou o deputado.

"Boa parte do partido não apoiou Quêrcia", disse Cardoso Alves, "e agora ele tem liberdade de escolha e somente ao governador eleito compete escolher as forças que o ajudarão a governar melhor São Paulo", acrescentou, condenando o fisiologismo que envolve os acordos políticos individuais, por-

que ele precisa para manter o equilíbrio do País hoje. "porque até mesmo os chamados setores progressistas do partido agora manifestam apoio ao Presidente", opinou o deputado. A fórmula que Cardoso Alves apresenta para que se ultrapassem os obstáculos que surgem na política econômica, foi simplificada por ele entre as escolhas de dois caminhos: "Ou se acaba com a inflação ou se opta pela melhor forma de conviver com ela".